

Portugal 2020

ENTREVISTA

Trabalhar para um Algarve mais competitivo, coeso e sustentável

Para responder aos desafios que se colocam ao Algarve, a região deve diversificar as suas actividades económicas através de uma aposta séria na qualificação, inovação e, sempre que possível, na internacionalização das empresas.



O Produto Interno Bruto (PIB) algarvio representava 4,75% do PIB nacional. Nos últimos dois anos, o Algarve apresentou uma variação positiva do PIB, invertendo a tendência dos anos anteriores. Sendo o Algarve uma região de serviços, cerca de 87% do VAB regional tem origem no sector terciário, destacando-se claramente o sector turístico. Na região, existem outros sectores a serem potenciados sem descurar a competitividade do turismo. Em entrevista, Francisco Serra, presidente da CCDR Algarve e gestor do Algarve 2020, aborda os desafios que a região enfrenta e o papel que os fundos comunitários podem ter para ajudar a diversificar a economia da região.

Quais os principais desafios que se colocam ao Algarve?

O Algarve enfrenta diversos desafios importantes. No quadro da actual estratégia de especialização inteligente (RIS3) podemos sintetizar os seguintes, como sendo dos mais importantes, sem prejuízo dos sectores consolidados, como são o turismo e o mar, deveremos caminhar para uma diversificação das actividades económicas da região que seja sustentada na qualificação, na inovação e tanto quanto possível, na internacionalização das empresas, sobretudo das PME.

Que resposta deve ser dada?

É imprescindível contar com o

envolvimento activo das entidades do sistema científico e tecnológico, principalmente a Universidade do Algarve.

Continuar a desenvolver, de forma coerente e solidária, entre as zonas do Litoral, do Barrocal e da Serra, um conjunto de políticas lideradas pelo sector público com adesão e participação activa do sector social e privado, com vista a gerar mais sustentabilidade e coesão económica e social, sobretudo nas zonas menos sujeitas à dinâmica das actividades económicas dominantes.

Estimular o desenvolvimento das qualificações dos residentes, como elemento essencial para atrair investimento produtivo em novas tipologias, que permita diversificar a base produtiva regional assente nas indústrias intensivas em conhecimento. Para isso é necessário melhorar continuamente os níveis de qualidade de vida, assentes numa boa qualidade ambiental, numa boa oferta de serviços culturais, educacionais e de saúde, segurança e vida activa.

Como são apoiados estes objectivos?

São apoiados activamente por fundos comunitários disponíveis no âmbito do Programa Operacional do Algarve e outros programas de nível nacional, não se esgotando no que está contemplado na RIS3. A CCDR Algarve, no âmbito das suas competências, é uma entidade que tem por missão, en-

tre outros aspectos, liderar iniciativas de dimensão regional destinadas a mobilizar os agentes económicos, sociais e políticos, além dos próprios cidadãos, com vista a cumprir objectivos fixados por competência própria, pelo Governo ou pelos órgãos representativos de âmbito regional.

Quais os pontos fortes, as fraquezas, as oportunidades e as ameaças da economia algarvia?

Em termos resumidos, pode apontar-se o clima, a diversidade paisagística, a segurança, a boa cobertura territorial em infra-estruturas e equipamentos e a oferta turística de grande qualidade, nomeadamente nalguns segmentos da hotelaria e no golfe, como alguns dos pontos fortes da região.

A forte sazonalidade da procura turística, a acentuada especialização da economia regional e a ocupação algo disfuncional do território, bem como o baixo nível de investimento em I&D no sector empresarial, são, pelo contrário, exemplos de aspectos que a região tem de trabalhar.

O Algarve detém um potencial de produção agrícola de determinadas culturas em que é necessário investir mais, quer ao nível dos frescos, quer em produções cujo valor acrescentado pode ser aumentado através da transformação que deve ser incentivada na região. A região tem também excelentes condições para o desenvolvimento da aquicultura, necessariamente



O programa dispõe de uma dotação de 319 milhões de fundos da UE (FEDER e FSE), sendo 140 milhões destinados às empresas.

À data de 31 de Outubro de 2016 encontram-se aprovados 302 projectos, sendo que 268 são de empresas. A este valor acresce ainda mais 12 planos de acção, também aprovados.

Pretendemos disponibilizar o calendário dos avisos do próximo ano o mais cedo possível, pois os promotores têm o direito de programar os seus investimentos a tempo e horas.

te assente em padrões de produção sustentável, e para uma maior aposta na produção de energias renováveis. A localização estratégica entre o Atlântico e o Mediterrânico constitui igualmente uma vantagem e os portos de Portimão e Faro são uma mais-valia que deve ser aproveitada, o mesmo se podendo referir em relação às áreas de acolhimento empresarial que a região oferece.

Nos próximos dias, vamos lançar o memorando "Algarve Região Inteligente", sustentando uma aposta renovada na economia do conhecimento.

Quantas PME existem no Algarve?

Segundo os dados mais recentes disponíveis, de 2014, existiam cerca de 57 mil empresas com sede no Algarve, das quais 99,8% são pequenas e médias empresas, o que traduz algumas das fragilidades do tecido económico regional.

Quais as entidades e as empresas que podem beneficiar do Algarve 2020?

O Algarve 2020 (Programa Operacional Regional do Algarve) é um instrumento financeiro de apoio ao desenvolvimento regional de "banda larga". Genericamente todas as empresas e organizações podem candidatar-se ao Programa Operacional (PO) bem como a grande maioria das entidades públicas ou privadas, salvaguardando o cumprimento das regras de programação e elegibilidade preconizadas no PO, integrado

no acordo de parceria do Portugal 2020.

Como estão a decorrer as candidaturas do Algarve 2020?

A situação das candidaturas do Algarve 2020 pode considerar-se, de maneira geral, regular, digamos que nesta fase podemos dizer que estão em velocidade de cruzeiro. Depois do período inicial, de montagem da estrutura de gestão, elaboração de estudos, mapeamentos, regulamentos e contratos e de um conjunto de condicionalidades de programação, os primeiros avisos foram publicados ainda em 2015.

Até 31 de Outubro de 2016, foram publicados mais de 90 avisos de concurso, recebidas mais de 900 candidaturas, das quais foram já aprovadas 314, a que corresponde uma comparticipação comunitária na ordem de 78,6 milhões de euros (incluindo os planos de acção).

Quantos concursos lançaram?

Neste momento estão a decorrer 18 concursos, dos quais 12 são no domínio da competitividade e internacionalização.

Quantos projectos foram aprovados pelo Algarve 2020?

À data de 31 de Outubro de 2016 encontram-se aprovados 302 projectos, sendo que 268 são de empresas. A este valor acresce ainda mais 12 planos de acção, também aprovados.

Qual a verba disponível?

O programa dispõe de uma dotação de 319 milhões de fundos da UE (FEDER e FSE), sendo 140 milhões destinados às empresas.

Que impacto podem e devem ter estas verbas quando bem aplicadas pelas empresas e autarquias na economia do Algarve?

Do ponto de vista empresarial, os impactos mais significativos encontram-se nos sectores agroalimentar, na economia do mar e no turismo, embora no domínio das TIC e das indústrias criativas o volume de incentivos aprovados também levante fundadas expectativas de alteração estrutural, aguardando-se uma evolução positiva nos restantes domínios estratégicos.

Ao nível das intervenções públicas, esperam-se impactos significativos no âmbito da regeneração urbana, da mobilidade, da eficiência energética e na promoção e valorização dos recursos endógenos, todas elas com capacidade de alavancar investimento privado.

Qual é o ponto de situação do CRESC Algarve 2020?

Na globalidade, a taxa de compromisso do PO cifra-se nos 24,6% da dotação total. Especificamente no contexto do sistema de incentivos às empresas, as aprovações registadas até ao final de Outubro representam nesta taxa qualquer coisa como 50% da dotação.

Como pensa potenciar a sua execução no curto prazo?

A oferta de majorações no incentivo para os projectos que antecipem investimentos até ao final de 2016 e 2017, com o objectivo de acelerar os efeitos positivos na economia, é uma das medidas em curso. Existe uma preocupação em melhorar a qualidade das candidaturas, nomeadamente através da organização de sessões de trabalho e capacitação com os promotores, como os eventos que estamos a realizar em parceria com diferentes entidades.

Exemplos disso são os eventos e sessões de esclarecimento realizadas em Novembro e os seminários “Como melhorar as suas candidaturas” em colaboração com a ANI-Agência Nacional de Inovação, “Internacionalização para PME”, com a Enterprise Europe Network (EEN), “Dieta Mediterrânica”, envolvendo as mais representativas associações e a Universidade do Algarve, amplamente participadas.

Concluimos um primeiro conjunto de reuniões junto dos autarcas e dos principais agentes do investimento público e vamos agora dar início a um “round” de visitas a projectos empresariais, apoiados por fundos comunitários.

Por outro lado, estamos a trabalhar em articulação com o Governo para premiar as empresas que atinjam os objectivos na contratação de emprego sustentável e de recursos especializados.

Vão tentar acelerar verbas?

Vamos acelerar as verbas dos fundos comunitários associados ao emprego (FSE), em articulação com os parceiros económicos e sociais. Pretendemos disponibilizar o calendário dos avisos dos concursos do próximo ano o mais cedo possível, pois os promotores têm o direito de programar os seus investimentos a tempo e horas, mas como é do conhecimento essa é uma decisão onde o gestor do PO assume o compromisso de lutar pelos interesses da região, mas a última palavra é da Comissão Interministerial de Coordenação do Portugal 2020.



Apostar na inovação e no conhecimento

Universidade do Algarve explica os principais desafios da região.

O Algarve é especialista no sector do turismo, mas precisa ir mais além. Precisa de novos desafios. Hugo Barros, chefe de divisão do CRIA – Divisão de Empreendedorismo e Transferência de Tecnologia da Universidade do Algarve, destaca três objectivos fundamentais para desenvolver a região. Hugo Barros diz que o Algarve tem de se afirmar como região de “inovação e conhecimento”, reforçando a capacidade das PME regionais e interligando empresas, universidades, instituições e sociedade civil. Outro desafio é ter capacidade de diversificar a base económica regional, “recuperando e dinamizando sectores tradicionais da actividade económica regional, nomeadamente o agro-alimentar, a pesca, a aquacultura e piscicultura, ou a indústria transformadora”, potenciando a sua inovação e a internacionalização pela dinâmica do turismo. O Algarve tem ainda de ser capaz de atrair “novas e existentes empresas em sectores de elevado valor acrescentado”, valorizando as condições naturais e os recursos da região, nomeadamente o seu clima, a gastronomia, a qualidade de vida e as infra-estruturas.

À questão que papel pode e deve desempenhar o CRESC Algarve 2020 para modernizar e fazer face

aos desafios da região, o chefe de divisão do CRIA responde que este programa operacional desempenha “um papel determinante no reforço da capacidade das instituições regionais” – empresas, universidade, municípios, e demais agentes – na inovação e desenvolvimento tecnológico e no reforço e modernização das infra-estruturas, da eficiência energética e da exposição ao mercado internacional. Na análise que faz do CRESC Algarve 2020, ressalva que foi implementado tarde, mas, ainda assim, “tem permitido a dinamização de um conjunto de novos investimentos essenciais à dinâmica empresarial regional”.

Impacto local

O Portugal 2020 tem um enorme impacto na definição das políticas públicas regionais e locais, dando resposta às oportunidades e aos constrangimentos identificados em cada região, potenciando a sua real capacidade e valorizando as suas diferenças. Neste sentido, enquanto principal mecanismo de apoio financeiro, o Portugal2020 assume “um papel fulcral na definição das políticas de inovação regionais e locais, enquadrando as acções necessárias ao desenvolvimento dos territórios, através do apoio à inova-

ção das empresas e da modernização das entidades públicas”.

Quanto aos projectos que a Universidade do Algarve está a desenvolver com base no CRESC Algarve 2020, Hugo Barros explica que estão a ser dinamizados “um conjunto de acções de investigação e desenvolvimento tecnológico em parceria com empresas”. Apoiar-se, deste modo, “o desenvolvimento de novos produtos e serviços de elevado valor acrescentado, a introdução de inovação nas empresas e promove-se a geração de novas empresas inovadoras resultantes de conhecimento gerado na instituição”.

Criticas à execução dos fundos

Hugo Barros faz uma avaliação negativa da execução dos fundos, explicando que a implementação das medidas registou “um significativo atraso face ao período de execução previsto de 2014-2020, o que teve um impacto negativo na realização de alguns investimentos públicos e privados”, que têm aí uma oportunidade para a implementação dos seus projectos. E acrescenta que a existência de estratégias não coordenadas ao nível das datas de implementação dos programas resulta numa “incerteza junto dos promotores e investidores, que não tendo informação em alguns sectores limite”, acabam por limitar ou prorrogar os investimentos”.